

**A construção de um jornalista e de um jornalismo.  
O *Correio Braziliense* nos anos de 1808 a 1815.**

Luís Francisco MUNARO. Mestrando em Jornalismo na Universidade Federal de Santa Catarina.

**Resumo:** Vários dos estudos que se debruçaram sobre o *Correio Braziliense* ajudaram a cristalizar no imaginário nacional uma certa idéia de “marco fundador” do jornalismo nacional. Estes estudos consideram o *Correio* como uma mensagem destinada ao povo brasileiro, mensagem que ajudou a forjar uma identidade nacional e preparar o Brasil para a independência. O presente estudo intenta, através da investigação dos anos 1808-1815 do *Correio*, compreender um pouco mais profundamente a atribulada biografia do jornalista e os seus anseios pessoais com relação à construção de um grande império, como também investigar o seu confronto com a sociedade inglesa e a comunidade lusa estabelecida em Londres. Coadjuvante disso tudo está o Brasil que, de longe, chega até Hipólito através de correspondências, documentos oficiais ou lembranças da juventude.

**Palavras-chave:** História do jornalismo; *Correio Braziliense*, Iluminismo.

O destino do *Correio Braziliense* está no seu próprio nome. Destino um tanto quanto longe do escritor, residente em Londres na data do seu lançamento, e também na data do seu término. Investigar esse jornalismo praticado há tanto tempo exige rápida investigação sobre as primeiras letras do autor, seus anos universitários, sua grande viagem para a Filadélfia, seu encarceramento no Limoeiro e na Inquisição, sempre na medida do possível confrontando-o com os meios e representações sociais, expressão de tensões, concorrências e, mais importante, de uma grande luta pela institucionalização de determinadas representações do mundo. No longo caminho de uma vida, boa parte dela devotada à produção do jornal, o que Hipólito mais fez foi lutar pela legitimação do seu projeto reformador. O *Correio* encerra as tensões de um indivíduo, de uma sociedade: as pressões de patrocinadores, colaboradores, amigos pessoais, etc.; nossa tarefa é proceder a uma recolha desse material e depois à construção de um texto sobre alguns dos modos com que Hipólito recolhia as suas notícias e as punha em seu jornal, organizando uma narrativa sobre o Brasil a partir de sua estada e residência em Londres.

Trataremos de montar aqui, mais do que breve tratado das idéias apresentadas no jornal de Hipólito, as formas com que fabrica matérias jornalísticas e, mais generalizadamente, como pensa o seu fazer profissional como homem de letras do século XIX. No pano de fundo dessa profissão desempenhada ao largo de 14 anos, destacaremos os espaços de sociabilidade importantes para a sua formação intelectual e

as redes de contato que permitiriam a aquisição de notícias. Uma delas, que exploraremos a título provisório, diz respeito às “estrutura de fococas”, idéia alentada pelo trabalho de Norbert Elias, durante sua estada em “Winston Parva” (ELIAS, 2000). Essa “estrutura de fococas”, no caso proposto pelo presente trabalho, tem lugar mais precisamente na taverna *City of London Tavern*, freqüentada por portugueses emigrados em Londres depois de 1808. Essas notícias adquiridas através de contatos com comerciantes e portugueses em geral nas tavernas disseminavam-se amplamente através da leitura do *Correio*. Ainda que o jornal de Hipólito fosse considerado altamente subversivo pelas autoridades portuguesas, ele tinha livre trânsito na Inglaterra e entrava por várias vias clandestinas em Portugal e no Brasil.

Este é um trabalho exploratório que parte da leitura dos 15 primeiros volumes do *Correio Braziliense*, vasto material publicado até 1815, quando Napoleão é derrotado de uma vez por todas e o Concílio de Viena decide sobre o futuro do mundo, acabando por organizar a Santa Aliança. Deixa-se um pouco de lado a história geral do período para concentrar-se no jornalista e nas formas como ele vivencia essas múltiplas realidades que apresentam cada vez maiores mutações. Para tanto, parte-se sobretudo da análise e leitura do *Correio*, principal fonte documental do trabalho ora proposto. Buscamos perceber, antes do tradicional Hipólito da Costa consagrado pela historiografia nacional e deitado em sua tumba em Brasília, para onde foi recentemente transportado, um Hipólito confrontado com os tantos espaços que vivenciou ao longo da vida, especialmente no exterior, para por fim destacar a importância do seu estabelecimento em Londres, onde escreveu o jornal e criou vastas redes de aquisição de notícias.

## **1. Construindo um jornalista**

A narrativa do *Correio* é uma busca pela integração do Brasil que não passa sem a articulação de suas variadas partes. Partes significam não apenas espaços institucionais, capitanias, províncias, mas imagens, com seu ambiente natural, suas possibilidades econômicas, e mesmo seu encantamento, o deslumbre estético que podem oferecer. A descrição de Hipólito das tantas paisagens que vivenciou é atravessada pelo método da história natural, ou seja, funciona basicamente pela imediata conversão dos dados observados em conhecimentos que possam ser úteis para os leitores de seu jornal. Nesse sentido, não se pode passar, como alude Roger Chartier, sem a importância da textualidade sobre uma forma de compreender a si mesmo e o

mundo (1990, p. 24). As descrições de Hipólito estão engastadas do absolutismo esclarecido português: pretendem objetividade, transparência, critério matemático, experiência e pragmatismo. O olhar do seu jornal é afastado, idôneo, respeitoso ao “mundo como ele é”. E, mais do que isso, respeitoso ao soberano, autoridade constituída pelo que na época era chamado “direito natural”.

Falar sobre a formação numa Universidade de Coimbra reformada pelo marquês de Pombal, para produzir homens úteis à nação portuguesa, é importante para compreender a narrativa que Hipólito constrói sobre os Estados Unidos e México, para onde viajou a mando de D. Rodrigo Coutinho, seu primeiro mecenas. Ela não passa sem a ideologia monárquica e os esforços de racionalização do mundo sob o cariz do utilitarismo, que envolvem obstinada observação, racionalização e pragmatismo (CLOCLET, 2006). As vivências múltiplas e a oportunidade de contrastar o aprendizado teórico com o prático, dão ao jornalista uma vantagem sobre os seus colegas portugueses: pela comparação, ele consegue trazer com mais fluência à luz a situação da política e das finanças portuguesas. Só se as enxerga, frisa Hipólito, quando se conhece algo mais do que Portugal.

A sua viagem está condicionada pelos manuais da *Académie*, mais especificamente as *Breves Instruções aos Correspondentes da Academia das Ciências de Lisboa sobre as remessas de produtos e notícias pertencentes à História da Natureza, para formar um museu nacional de 1781*, leitura obrigatória dos viajantes lusos no final do século XIX (LOSADA, 2005, p. 23). Essas instruções práticas ajudam a forjar uma dada autopercepção dos cientistas lusitanos. Hipólito viajou imbuído desse espírito: era um bacharel em leis e cientista recém-formado, com conhecimentos práticos de botânica, mineração, mecânica, etc.

Assim que Hipólito retorna da viagem, D. Rodrigo de Sousa Coutinho o contrata para diretor da Imprensa Régia em Portugal. No Estado português, onde as iniciativas científicas pessoais eram severamente limitadas pelo caráter absoluto do governo e, portanto, pela necessidade de o intelectual não se envolver ativamente nas esferas de poder político, o modelo do “homem de letras”, imbuído do espírito do século, é tanto mais o de um diletante. Ele é obrigado não apenas a conviver com a impossibilidade de questionar politicamente o regime político predominante, como também enxergar como fruto de uma ordenação de coisas natural a existência da censura prévia sobre qualquer escrito, como acontecia em Portugal e Brasil. Nesse sentido, a experiência relativamente extemporânea de Hipólito junto às gazetas e jornais nos Estados Unidos, ajudou-o a

avaliar criticamente a situação política de um Portugal regido pela censura literária. É a possibilidade de comparação a que nos referimos que permeará toda a construção narrativa do *Correio*. Hipólito não só enviou exemplares de gazetas em correspondências para D. Rodrigo como assinou vários jornais liberais e mesmo se tornou amigo de Benjamin Franklin-Bache, diretor do jornal *Aurora* (DOURADO, 1956, p. 66). Ele conhecia os frutos da liberdade e do livre entendimento do homem, até pelas amplas possibilidades de conversação que lhe foram abertas nos Estados Unidos com homens das mais diferentes classes sociais.

Intelectuais coimbrãos, profundamente embasados numa perspectiva pragmática da realidade, são chamados aqueles que se graduaram na Universidade de Coimbra no final do século XVIII e começo do XIX. Era uma Universidade transformada num centro de formação de homens capacitados para refletir as suas possibilidades econômicas da nação portuguesa, especialmente no sentido de desenvolver mecanismos e técnicas de converter os recursos naturais disponíveis em riquezas, mas não necessariamente de criticar os governos. Hipólito teve bom rendimento acadêmico e sua viagem aos Estados Unidos é fruto disso. Ela possui objetivo bastante claro: dar resultados às perspectivas econômicas de Portugal. Ela é, para usar o vocabulário de Paulo Almeida, uma “comissão prospecção econômica” (ALMEIDA, 2002, p. 323). Seu critério descritivo, carregado de grande intensidade na construção das imagens, serve prioritariamente às suas práticas utilitárias (LOSADA, 2005, p. 6). Certamente essa viagem imbuíu Hipólito de um certo perspectivismo político-cultural adequado à proposta cosmopolita das Luzes e imediatamente obcecado com a idéia da salvação pela Razão.

As experiências humanas não guiadas pelo uso ativo da razão degeneraram em grandes acidentes históricos, argumentará Hipólito, usando exemplos bastante resolutos: a Inquisição e a intolerância, a censura, as perseguições políticas. O homem deveria se movimentar livremente, apenas cerceado pelas fronteiras das leis positivas e naturais. Em sua volta a Portugal, em 1801, Hipólito já está ligado a um outro importante espaço de sociabilidades, a Maçonaria. Na volta de viagem a Londres que fez no mesmo ano Hipólito é preso logo que desembarca em Portugal, a mando do Intendente de Polícia Pina Manique. Trata-se de uma outra experiência decisiva, de alto valor introspectivo. A motivação da prisão é a busca de materiais para a Maçonaria empreendida por Hipólito em Londres, para filiar as quatro lojas incipientes de Portugal ao Grande Oriente Londrino. De 1803 a 1805 Hipólito permanece no cárcere. Durante todo esse período,

lutará e buscará argumentos jurídicos para comprovar a arbitrariedade de sua prisão, farta argumentação recolhida que gerará, depois de sua fuga do cárcere, um livro publicado em Londres chamado *Narrativas da Perseguição* (COSTA, 1981). Arbitrariedade, desde então, se torna uma palavra-chave intransigentemente engastada ao vocabulário político do *Correio Braziliense*. Tudo, nesse jornal, é permeado por cuidadoso critério de análise, ainda mais no âmbito da discussão das leis. A experiência carcerária também o aproxima do futuro inimigo José Liberato, dos colegas maçons portugueses e do irmão Saturnino que o socorria com alimentos na prisão (RIZZINI, 1957, p. 12).

Mas o grande amigo de Hipólito será Augustus Frederick, filho de George III, rei inglês. O príncipe, grão-mestre da loja maçônica Grande Oriente de Londres, dará a Hipólito ajuda para a fuga da Inquisição. Com uma mãozinha inglesa ele deixará Portugal para desembarcar em Londres, onde jura fidelidade à Inglaterra e se torna o beneficiário de um título feudal de protegido do governo inglês, chamado *denizen*. Essa situação, tanto quanto singular, e especialmente ela, permitirá o lançamento de um não menos singular jornal. A merecida originalidade das condições sobre as quais nasce o *Correio Braziliense* não se desliga da originalidade do treinamento do jornalista. Antes de tudo, Hipólito descobriu uma brecha na história que estava ligada, direta ou indiretamente, à ruína do *Anciën Regime*. A partir dela, percebeu a possibilidade de interferir ativamente numa determinada prática social através do lançamento de um jornal que o tornaria tão importante quanto qualquer estadista português de seu tempo.

Identificar o jornalismo praticado nesse contexto por Hipólito implica reconstruir as categorias jornalísticas com as quais ele lida. O jornalismo como prática profissional ainda hoje é entendido como interior a uma redação segmentada por editorias, onde o jornalista cumpre a sua função e versa sobre determinados assuntos organizados a partir de uma rotina burocratizada. A conquista da notícia está diretamente ligada à sua venda. No caso de Hipólito, estamos diante de um gênero narrativo opinativo mesclado com notícias “estáticas” que são os documentos oficiais. O que dá a Hipólito o estatuto de jornalista, no momento em que ele se dispõe a criar o seu jornal, é a sua rede de leitores, ávidos por receber informações sobre determinados assuntos interditados pela censura literária em Portugal e Brasil e também sua rede de oponentes e pares literários, a quem ele chama constantemente jornalistas.

Na Inglaterra já existia um modelo de jornalismo profissionalizado e ligado ao fornecimento regular de notícias para um público determinado. O jornalismo inglês,

sobretudo depois de 1695, com a eliminação da censura prévia, era revelador da dura rotina do profissional. O panfleto de James Ralph de 1758 é exemplar quanto a isso:

Aqui não existe diferença entre o escritor nas águas-furtadas e o escravo nas minas, apenas o primeiro é colocado no Ar, o segundo nas entranhas da Terra. Quer um, quer outro têm de igual modo tarefas que não lhes são atribuídas, ambos devem trabalhar sem descanso e morrer de fome; nem tão-pouco podem esperar a libertação. O compilador deve compilar, o escritor deve continuar a escrever, doente ou de boa saúde, bem-humorado ou deprimido, provido de assuntos ou não, até esgotar, devido à pressão conjunta do trabalho, da pobreza e da aflição, o seu físico e toda a pequena dose de reputação que conseguisse adquirir na profissão” (apud. CHARTIER, 1997, p. 146)

Com esse panfleto temos o indício de uma certa burocratização da atividade chamada jornalística em detrimento daquela desempenhada pelo “homem das letras” que prevaleceu no Antigo Regime francês. O jornalista se encarregaria de coletar fatos, enquanto o homem de letras, mais afastado do mundo, preocupar-se-ia com algo mais próximo da “verdade universal”. Logicamente, não pretendemos atribuir modelos aos homens que viveram nesse passado; pelo contrário, apenas apontar como o trabalho jornalístico nesse mesmo passado não constituía nenhum idílio para os jornalistas, como se costuma pensar. A imprensa londrina já tinha um grau de desenvolvimento ligado à sobrevivência comercial. Produzia-se grande quantidade de jornais, dentro dos quais eram perceptíveis várias funções entre os homens de pena, incluindo recolha de notícias e redação de crônicas políticas regulares. Imprensa e empresa caminhavam de mãos dadas, devido tanto à prosperidade comercial da Inglaterra quanto ao elevado nível de letramento da população. Hipólito tem, portanto, a oportunidade de vivenciar esses modelos em ascensão: ele vende os documentos que são notícias mas não deixa de opinar sobre a construção do “grande reino”, prestando inestimável serviço à sua pátria, aparentemente o final em si mesmo do seu jornal. Sobre os jornais londrinos, assim ele reflete:

Imprimem-se em Inglaterra muitos periódicos diários, em que ficam registrados todos os acontecimentos do tempo; e que sem dúvida constituem um riquíssimo depósito de memórias, para os que quiserem ao depois escrever a história; porém a natureza destes papéis diários requer uma tal celeridade em sua publicação, que os Redatores nem tem tempo de averiguar a exatidão dos fatos, que o rumor e os boatos dão por verdadeiros; nem podem dispor as novidades que referem, em alguma distinta classificação, que ajude o Leitor em suas indagações dos fatos históricos de que se deseja instruir (Vol IX, p. 730).

Londres será o abrigo, no início do século XIX, de portugueses que fugiam dos exércitos de Napoleão Bonaparte. Não tardará a se desenvolver ali também uma

imprensa em língua portuguesa, que logo se tornará a bússola política dos emigrados ávidos por notícias de sua terra. O que está em jogo é a terra invadida por Napoleão, a pátria assaltada. A comunidade lusófona espalhada por Portugal, diaspórizada, busca reencontrar a sua narrativa perdida. Comunidade que passa a compor um público consumidor latente, que precisa apenas ser potencializado por uma narrativa comum, que ligue os membros daquela “comunidade política imaginada”. Em Londres, quem dá a tacada inicial é Hipólito da Costa.

## **2. Jornalismo anglo-brasileiro**

Hipólito reconhecia publicamente a exaustiva tarefa que é produzir um mensário sem qualquer ajuda senão a dos correspondentes que lhe trazem informações. Essas informações se multiplicam e não chegam apenas através de documentos ou papéis escritos, mas de especulações verbais e do simples falar de boca cotidiano. As informações vindas de tão longe como o Brasil podem conter erros. Hipólito duvida do boato, quando, por exemplo, chega-lhe aos ouvidos que D. Domingos é nomeado capitão das tropas no Rio Grande do Sul (Vol VIII, p. 781). Mas não ignora a possibilidade de transcrever informações falsas no decorrer da dura jornada do jornalista. Produzir notícias não é fácil. Ainda mais quando se está sozinho.

Todo o incansável trabalho da redação, edição, correspondência, etc., deste periódico – escrevia em 1819 – tem recaído sobre um só indivíduo, que aliás está carregado de outras muitas e mui diversas ocupações, que se lhe fazem necessárias, já para buscar os meios de subsistência, que não pode ter nos escassos lucros da produção literária deste jornal, já para manter a sua situação no círculo público em que as circunstâncias o obrigaram a viver (XXIII, p. 174).

Um dos problemas era a grande quantidade de notícias. Por exemplo, os boletins de guerra sobre muitos conflitos: da França contra a Inglaterra, contra a Espanha, contra Portugal, da Inglaterra contra os Estados Unidos, do Uruguai contra a Argentina ou de Montevideu contra Buenos Aires, da Turquia contra a Rússia, dos índios canadenses contra os Estados Unidos, dos Botocudos contra d. João, de Bolívar contra a Espanha, de Bolívar contra a Venezuela, de d. Rodrigo contra Montevideu, dos guerrilheiros de Leão contra Napoleão, de Napoleão contra a Dinamarca, contra a Prússia, da Prússia e Rússia contra a França, da França contra os estados italianos. Somam-se a isto tratados comerciais, alvarás e decretos da corte brasileira, pronunciamentos históricos no

parlamento inglês e no norte-americano, independências, formações de repúblicas, surgimento e decadência de grandes nomes políticos, de Napoleão, James Madison, o rei louco George III, que produziam, exaustivamente um conjunto novo de referentes e conceitos: um mundo globalizado, as especulações comerciais, a liberdade de expressão, a conquista do mundo pela razão, a paz entre os homens, o relativismo religioso, a ascensão da Maçonaria e da “talassocracia” inglesa, o fim do colonialismo. Quem mudava, também, era a pátria de Hipólito. Balançando diante dos ventos de tão fortes pressões, Portugal e Brasil titubeavam.

Hipólito, que se entendia como um historiador para os posteriores e um jornalista para os presentes, tinha um prato cheio para a sua empreitada de construtor. Entre 1805 e 1808, ele se familiariza com a vida local, se aproxima do Duque de Sussex, amigo para o resto da vida, participa das seções regulares da Maçonaria. Hipólito vive, enfim, uma vida londrina, à qual estará mais firmemente integrado depois de seu casamento, e depois ainda de um primeiro enlace amoroso, que gerará um filho bastardo, empregado no futuro como militar pela marinha brasileira. A Inglaterra tornou-se um lugar bastante amistoso a Hipólito da Costa. Ele complementa,

A prosperidade interna desta nação corre de par com a liberdade que desfrutam seus indivíduos; e os cômodos da vida que nesta ilha se gozam. Basta a um estrangeiro assistir em qualquer domingo ao passeio em Hide-Park, para admirar a riqueza, prosperidade e esplendor da metrópole do Império Britânico (...) (Vol VI, p. 179).

Essa integração à vida londrina permitiu que Hipólito se movimentasse através de uma vasta rede de contatos. São muito numerosos os seus correspondentes, ou pessoas que lhe contam sobre acontecimentos particulares, tanto de Londres, como de Portugal e do Brasil. Um desses espaços, em especial, assumirá grande importância. Trata-se da taverna. Desde a obra de Mecenas Dourado sobre Hipólito assumiu-se na taverna um espaço de sociabilidade especial para o entendimento das atividades dos portugueses em Londres (DOURADO, 1957, pp. 159-173). Esse espaço tinha importância fundamental na organização cotidiana da vida londrina. Ele ajudava a abrigar aquilo que Elias chama de “estrutura das fofocas”, que, no presente caso, podia funcionar como um canal para a rápida expansão de informações sobre Portugal e Brasil (ELIAS, 2000, p.121). Os portugueses emigrados buscavam nas tavernas os seus conterrâneos, geralmente numa mesma situação de emigrados. Seu ponto de reunião era a *City of London Tavern*, que funcionaria como sede do *club* dos portugueses estabelecidos em Londres, de quem Hipólito não deixa de ser um porta-voz. A



participação ativa nessa taverna talvez ajude a demarcar a grande passagem institucional na vida de Hipólito que foi o seu ingresso no jornalismo. A taverna, portanto, é um espaço de aquisição de notícias. O jornal de Hipólito, nesse sentido, traz grande quantidade de lições econômicas e opiniões sobre assuntos comerciais, boa parte deles, até 1815, dentre os colocados na seção “Comércio e Artes”, sobre os riscos e prejuízos dos monopólios, especialmente o monopólio sobre o tabaco. Seu jornal parece ter como pano de fundo a busca pela organização dos vários decretos e alvarás expedidos pelo governo português e que vão constituir um óbice para a atividade comercial.

A historiografia nacional já se debruçou inúmeras vezes sobre esse jornal “brasileiro”, visto como uma verdadeira apologia do bom e verdadeiro jornalismo. Os objetivos ali enunciados são o “paradigma Hipólito” (DINES, 2001), que prediriam um jornalismo orientado pelo universo da liberdade, pela vontade de emancipar o Brasil de Portugal, pela mentalidade reformadora (CASTRO, 1985; SOBRINHO, 1977; MONTEIRO, 1979; CANDIDO, 2006). Ou então, muito pelo contrário, prediriam um jornalismo venal, escrito de uma perspectiva externa ao Brasil, manejado por interesses políticos ruins (SEGISMUNDO, 1962; SODRÉ, 1966; COSTA REGO, 1952). A princípio, a única garantia de que Hipólito foi mesmo um jornalista foi a sua vontade de sê-lo. Nenhuma definição de jornalista aqui é tão adequada quanto a daquele que, guiado pelo dever de conduzir a informação, recebe-a através de canais confiáveis e as redistribui de forma minimamente ordenada, com periodicidade definida e também para leitores mais ou menos definidos. Os leitores de Hipólito não esperam uma escrita imparcial. Esperam alguém que apóie os seus sonhos e pretensões quanto a um futuro que não se apresenta da forma como está. O que está em jogo são lutas pelo domínio das representações sobre o futuro próximo do Reino. Está em jogo, para recorrer a Roger Chartier, “a hierarquização da própria estrutura social” (1990, p. 23), no interior da qual Hipólito se debate dentro das alternativas possíveis, para as quais o futuro não aparece de forma teleológica. No grande fluxo do Iluminismo e da utopia da conquista da liberdade pela Razão Hipólito joga com determinados grupos e se opõe a outros: ele, como já se disse, luta por um projeto reformador numa luta na qual não está sozinho.

O jornalismo, conceitualmente falando, nesse passado que chega até nós através de textos, está ligado às Luzes como expressão ideológica da civilização, da, como quer Norbert Elias, consciência nacional ocidental (ELIAS, 2004, p. 23). As luzes do *Correio* serviriam aos propósitos de construção de um “Grande Reino”, uma nação com sede nos trópicos. Nela a perspectiva civilizatória de Hipólito parecerá confluir com os

propósitos edificadores da Corte bragantina (FRANÇA, 2002, pp. 553-605). Através da idéia de construir o Grande Reino Hipólito rapidamente estabelecerá um mecenato com d. João. Não existem indícios claros de como funcionava o recebimento de dinheiro por Hipólito, que afinal se encontrava em Londres, e precisava de emissários especiais para negociar com a corte no Brasil (RIZZINI, 1957, pp. 32-33 e DOURADO, 1957, pp. 373-422). Ademais, o embaixador brasileiro em Londres, d. Domingos de Sousa Coutinho, não demorou a declarar-se seu inimigo. Esse embaixador será a figura mais caricaturizada pelo *Correio Braziliense*. Seus atritos serão contínuos nesses jogos de poder, onde o que está em disputa são os meios pelos quais será edificado o Grande Reino.

Os dois primeiros Coutinhos fazem parte do espaço de sociabilidade científica de Hipólito que foi a Universidade. Não se sabe até que ponto eles terçaram palavras ou chegaram a discutir presencialmente os seus planos. Mas conhece-se a sua grande afinidade com relação às idéias de conduzir um grande reino. Os Coutinhos já eram filhos de um tradicional diplomata lusitano do qual herdaram cargos públicos importantes. Hipólito, por outro lado, filho de estancieiro gaúcho, obrigou-se a buscar pelo mecenato para conseguir sustentação financeira. Essa diferença fundamental fez com que ele pendesse, no campo dos poderes, antes para o caminho da crítica burguesa pelo viés dos prejuízos sofridos pelos comerciantes portugueses e brasileiros. O *Correio* se coloca intransigentemente a favor destes comerciantes. Dessa forma, a política se torna um obstáculo quando mitiga a liberdade comercial e de expressão. Ele assim argúí: “E senão, perguntáramos nós: como é possível aparecer um Locke, ou um Montesquieu em Portugal, se este regulamento está proibindo, que não se raciocine sobre matérias de Governo?” (Vol VIII, p. 50).

Mais do que uma obra sobre economia ou política, o *Correio* tinha como objetivo ser uma obra completa: versar sobre os mais variados assuntos, a partir de quatro seções: “política”, “literatura e ciências”, “comércio e artes” e “miscelânea”. O segundo título do jornal, *Armazém Literário*, parece traduzir essa pretensão beletrística: compor uma ampla narrativa sobre um tempo de acontecimentos reconhecidamente importantes. Seu jornal, portanto, não tem apenas o objetivo de informar os seus contemporâneos lusófonos. Ele se apresenta para narrar as “memórias do tempo” sob o ângulo da imparcialidade, deixando que os documentos dispostos possam ser vistos à luz da posteridade. Hipólito reconhece o cansaço que lhe provoca buscar pela verdade, e também ao seu leitor, que pode estar no seu tempo ou para bem além dele:

(...) ainda que pareça tediosa a leitura de papéis que trazem uma data antiga, contudo, pouca reflexão será bastante para mostrar, que estes documentos sendo todos conservados, juntos às mais notícias do tempo, que lhe dizem respeito; formarão um sistema completo de importantíssima história (...) (COSTA, Vol I, p. 646).

A história está dada no contraponto entre os vários documentos anexos no jornal. Imaginamos aqui também uma pretensão enciclopédica: a vontade de disponibilizar ao leitor um retrato um tanto mais completo desse interessante momento, tudo, sempre que possível, pelo ângulo da “razão imparcial”. No caso das tantas guerras que se sucederam logo depois da inauguração do *Correio*, o índice da imparcialidade está precisamente na disponibilização de documentos contraditórios entre si ao leitor capaz de efetuar uma leitura adequada. Atravessa essa canonização da história a pedagogia do tempo presente, que deve, precisamente, conduzir o leitor a uma apreciação verdadeira dos vários eventos em curso. “Opinião pública”, expressão tão em voga na Europa ilustrada, é usada por Hipólito para designar a instância social última sobre a qual chegam os homens de letras. A opinião pública, enfim, é o tribunal:

Nós somos de opinião, que sempre é permitido trazer os homens públicos ante o tribunal da opinião pública; julgamos que este é o freio mais próprio da ambição dos grandes; e temos a nosso favor a opinião das mais sábias nações da antiguidade, e dos mais bem regulados Estados dos nossos tempos (COSTA, Vol VIII, p. 726).

Os grandes a que alude Hipólito não carecem de personificação. Talvez aqui esteja um extemporâneo mérito de Hipólito que Fernando Segismundo, em *Imprensa Brasileira: Vultos e problemas* (1962), não conseguiu identificar. Hipólito dá nome aos bois. Esses bois são em boa parte das vezes os irmãos Coutinho, principais responsáveis por conduzir os negócios da nação. São os ministros que encarnarão o tão falado “despotismo ministerial”. O sistema de representações políticas lentamente tecido nas páginas do *Correio* não passa sem uma necessária alusão e reflexão sobre a nação que, ainda que formulada em seus princípios por D. Rodrigo Coutinho, foi por ele também prejudicada. A nação portuguesa imaginada nos bancos da Universidade de Coimbra é uma criação estatizada. Ela não brota espontaneamente da seiva de um povo, ou pelo desenvolvimento necessário de uma burguesia, como tradicionalmente acontecia nos Estados nacionais europeus. O povo está estancado. Nem Hipólito e nem os estadistas lusos o conhecem. O povo se torna vivo quando é rebelde. É necessário lidar com o povo justamente para evitar tais rebeliões. A nação teorizada pelos estadistas

portugueses não cabe num tradicional modelo de Estado-nacional que tem sido usado pelos historiadores, aquele forjado por Benedict Anderson; nele os Estados nacionais europeus são criados a partir de “campos unificados de intercâmbio e comunicação”, proporcionados pela expansão da imprensa, mais notavelmente do romance e das narrativas diárias, jornais (1989).

Hipólito, na imprensa emigrada em Londres, é marcado tanto pela singularidade de ser o primeiro como pela de ter lançado, aparentemente, o seu jornal por iniciativa própria. *Aparentemente* porque não se descarta a possibilidade de os comerciantes portugueses asilados em Londres diante da perseguição de Napoleão Bonaparte terem-no patrocinado diretamente, já que uma voz liberal evidentemente representava os seus anseios de restauração da normalidade entre as trocas comerciais entre o continente e a Grã-Bretanha, estancadas desde o Bloqueio Continental decretado pela França em 1806. Os portugueses encontravam-se sem uma pátria. Hipólito fez eco às suas lamentações. A idéia de que esse foi o grande motor para o lançamento do periódico, independentemente da sustentação financeira que poderia advir dos comerciantes lusos, defendeu-a Mecnas Dourado (1957, p. 158). Reforçada por Paulo Roberto Almeida: a grande reviravolta sofrida pela política portuguesa que, efetivamente, ofereceria oportunidade aos ideólogos do “grande reino” colocarem em prática os seus planos (ALMEIDA, 2002, p. 329). Em Londres, não demoraria para que os portugueses tentassem se articular em *clubs* e defender os seus direitos comerciais. Os encontros seriam comuns mesmo com o embaixador D. Domingos. Esses são os leitores visíveis de Hipólito. Para o Brasil, ele mesmo organizava o despacho de seus jornais, o que só era possibilitado pela grande força da marinha inglesa. Clandestinamente, os jornais entravam no Brasil e podiam ser lidos de várias formas, inclusive através da leitura pública oral (NEVES, 2003, p. 108). Essas modalidades de leitura que extravasam aquela idéia típica do leitor em sua “torre de marfim” são cada vez mais comuns nos meios historiográficos e acenam para a grande refração que sofriam os significados pretendidos pelo escritor do jornal em sua comunicação com seu público. Importa-nos saber qual o leitor imaginado por Hipólito, e não quem realmente lia o seu jornal, a não ser na medida em que retornava para o redator na forma de comunicações, novas notícias, novas subscrições.

Apesar de utilizar uma linguagem de difícil manuseio pelos seus conterrâneos brasileiros, que conviviam com a censura literária, o jornal de Hipólito tem um propósito pedagógico elementar. Ele funciona como um instrumento de instrução

popular, apesar de o popular dizer respeito a camadas restritas da população, e dialogar com o povo propriamente dito apenas no âmbito da oralidade. Para levar adiante o projeto do “Grande Reino” Hipólito crê ser necessário promover melhorias sistemáticas na educação do povo, “como estejamos persuadidos de que a instrução dos povos é uma das mais importantes medidas para promover a prosperidade nacional (...)” (COSTA, Vol X, p. 89). Essa instrução do povo é alcançada através da racionalização do homem que se torna material humano a ser moldado. Isso fica bem nítido com a anexação em seu jornal do panfleto de um juiz de paz inglês lançado em 1813 em Londres, chamado *A New View of Society*. Nele o autor aponta a necessidade de se educar cuidadosamente as crianças para que elas não tenham “defeitos de caráter” no futuro. O papel de educador de Hipólito é antes direcionado para as classes políticas. Ele tenta através do jornal tocá-las para a necessidade de se romper com a censura literária e se criar iniciativas sistemáticas no terreno da educação. Vê-se assim que, efetivamente, Hipólito tenta vislumbrar uma narrativa da nação no Brasil, pela possibilidade gradual de os integrantes da nação a compreenderem. Consternado, assim pinta a cena daqueles que não têm educação, na contramão dos instintos nacionais, mesmo quando simples iniciativas poderiam “melhorar o caráter humano”:

Quando as misérias da guerra, e a depravação de alguns indivíduos nos obrigam, nos tempos presentes, a ocupar tão grande porção do nosso jornal com as relações históricas, que não contém outra coisa mais do que monumentos da maldade humana; vem a ser uma tarefa duplicadamente agradável a voltar os olhos das cenas de horror, para os esforços do filantropo, que tendem a provar quanto é fácil aos Governos o melhorar o caráter humano (Vol X, p. 426).

A confluência entre o interesse nacional, a perspectiva real e a civilização, é que aproximam Hipólito de um público nascente no Brasil e de seu rei. O termo usado por Jean Marcel Carvalho França é bastante oportuno para a ocasião: “cruzada civilizatória” (2002). O empreendimento de Hipólito não teria, de fato, sido possível sem uma mudança gradual nos hábitos da população carioca, no desenvolvimento de costumes relativamente ordeiros e organizados, se não para a leitura silenciosa propriamente dita para a discussão de jornais nos encontros nos botequins ou outros espaços de sociabilidade (FRANÇA, 2002, p. 601). Conclui-se assim que há uma inscrição do discurso de Hipólito na nacionalidade brasileira nascente que, por fim, retroalimenta o conteúdo do seu jornal, inspirando novos temas e problemas. Não se deve, não obstante, superestimar essa influência, mitigada pela grande demora nas comunicações com o

Brasil e da distância a que Hipólito estava “daquela terra”. Seu jornal, moldado pelos propósitos iluministas e influenciado pelas gazetas inglesas e norte-americanas, versa sobre uma terra “longínqua e sossegada” subitamente transformada num objeto científico sujeito à racionalização. A reflexão sistemática sobre as várias paisagens e o povo brasileiro dão antes de tudo a impressão de um lugar estático ventilado pela presença do aparelho político metropolitano. Até porque: “Que povo é mais submisso que o povo do Brasil?” (COSTA, Vol X, p. 532). Povo submisso habitando uma terra profícua, debaixo de um governo metropolitano incapaz de explorar eficazmente os seus vários recursos naturais. Daí a conclusiva fala de Hipólito, que volta a nos remeter ao olho do viajante, isto é, o seu próprio olho, à sua própria utilidade à construção do “Grande reino”:

Apresentando ao Governo do Brasil o modo de pensar dos estrangeiros a seu respeito, temos em vista apertar pela reforma; que, segundo a opinião de todos os homens sensatos estrangeiros e nacionais; deve ser a aniquilação das instituições provenientes do sistema de governo. Há quatro anos que a Corte se mudou para o Brasil, e nada se tem feito a este respeito; quando não há homem imparcial que não conheça a necessidade de reforma (Vol X, p. 203)

De Londres, Hipólito esforça-se para racionalizar as várias imagens que tem de uma terra “longínqua e sossegada” e transformá-las em instruções úteis para os governantes que, do Brasil, tentam organizar uma administração para o “Novo Império”. Nessa luta na qual o pensador não vê o seu objeto senão através de cartas, decretos oficiais e das imagens que têm da juventude, ele julga sair-se vitorioso, anunciando, nas últimas palavras do *Correio*, que os objetivos lançados logo no primeiro parágrafo foram alcançados:

Este Periódico, destinado sempre a tratar como objeto primário os negócios relativos ao Brasil, tem há alguns meses sido quase exclusivamente ocupado com os sucessos daquele país (...); e os acontecimentos últimos do Brasil [dos quais o principal é a sua independência política] fazem desnecessário ao Redator, o encarregar-se da tarefa de recolher novidades estrangeiras para aquele país; quando a liberdade da imprensa nele, e as muitas gazetas, que se publicam nas suas principais cidades, escusam este trabalho antes tão necessário. (COSTA, Vol XXIX, p. 623)

Ao longo desses quatorze anos, observa-se que Hipólito se debruçou sobre um objeto de estudos muitas vezes tomado apenas como abstração das várias correspondências que chegavam até ele em Londres, mas que nem por isso faltou pertinência aos problemas lançados e soluções verificadas. Com os olhos londrinos,

Hipólito pensou um Brasil, num primeiro momento sede de um grande império transatlântico, num segundo, nação independente e capaz de conduzir adiante os seus planos políticos.

## **Bibliografia.**

- ALMEIDA, Paulo Roberto. “O Nascimento do Pensamento Econômico Brasileiro”, em COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense*. vol. XXX. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. pp 323-370.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira. Momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.
- CASTRO, Therezinha. *Hipólito da Costa. Idéias e ideais*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1985.
- CHARTIER, 1990
- CHARTIER, Roger. “O homem de letras”. IN: VOVELLE, Michel (dir.). *O homem do Iluminismo*. Lisboa: Presença, 1997, pp. 137-9.
- CLOULET, Ana Rosa. *Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense*. 29 Vols. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- COSTA, Hipólito José da. *Diário de Minha Viagem à Filadélfia*. Edição E-book. Brasília: Senado Federal, 2004.
- COSTA, Hipólito José da. *Narrativa da Perseguição*. Porto Alegre: Ufrgs, 1981.
- COSTA REGO, Pedro da. *Águas Passadas*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora. 1952.
- DINES, Alberto. “O paradigma Hipólito I”. *Observatório da imprensa*, 126, 20/06/2001.
- DOURADO, Mecenas. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1957.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador. Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- ELIAS, Norbert e SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. “A construção de um público”. IN: COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense*. Vol XXX. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. pp. 553-604.
- LOSADA, Janaina Zito. “Entre mamutes e acácias: viagem e natureza em Hipólito José da Costa Pereira (séc. XVIII/XIX)”. IN: Revista Fênix. 2005. Disponível em [www.revistafenix.pro.br](http://www.revistafenix.pro.br). Acesso em Outubro de 2008.
- MONTEIRO, Rolando. *Hipólito da Costa e a Independência*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1979.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos. *Corcundas e Constitucionais. A cultura política na independência (1820 – 1822)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- RIZZINI, Carlos. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.
- SEGISMUNDO, Fernando. *Impensa Brasileira, vultos e problemas*. Rio de Janeiro: Editora Alba, 1962.
- SOBRINHO, Barbosa Lima. *Hipólito da Costa: Pioneiro da Independência no Brasil*.
- SODRÉ, Néelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.